

ASSINATURA DO SUPERSIMPLES - 06/08/2007

Meus senhores e minhas senhoras, lideranças empresariais, empresários e empresárias de Sergipe. Nós estamos, e eu não tenho dúvida, dando um passo singular, um passo histórico nas relações entre o Governo do Estado de Sergipe e os contribuintes, em especial os contribuintes do setor empresarial do nosso estado. Todo o país é testemunha do longo processo de lutas, se nós quisermos encontrar um momento original, um momento inicial para essa marca, não seria exagero voltar a 1988, a promulgação da Constituição da República, quando o movimento das micro e pequenas empresas conseguiram incluir na constituição a perspectiva do tratamento diferenciado.

Ao longo desse tempo, foi intensa a luta para se construir regimes diferenciados em cada estado brasileiro e para se buscar uma norma geral, nacional, que estabelecesse os marcos legais que iriam presidir a relação do estado com os contribuintes classificados como micro e pequenos empresários. Essa luta culminou na aprovação do estatuto. Um estatuto que traduziu de um lado todo o acúmulo de debates e discussão dos movimentos classistas ao longo desse período, mas que também traduziu a compreensão do Congresso Nacional Brasileiro e o interesse do Governo da República, especialmente do Presidente Lula, no sentido de estabelecer, de uma vez por todas, esse marco histórico na legislação brasileira e na política tributária do nosso país.

Aprovado o Supersimples e aprovada as novas regras, os estados e os municípios, de fato, foram pegos numa esquina, foram colocados numa sinuca, porque se é verdade que o estatuto e o regime do Supersimples criou um novo momento para a pequena e para a microempresa. É verdade que este setor da economia brasileira é um setor de extrema importância, primeiro pela capacidade de gerar emprego e renda que ele tem, segundo pela sua capilaridade, já que está presente em praticamente todos os cantos do Brasil. Se é verdade que esse estatuto era algo que não poderia ser mais adiado, é verdade, também, que, como é tradição da Federação Brasileira, a união termina fazendo gentileza com o chapéu alheio, costuma oferecer presentes que, na verdade, são debitados dos cartões de crédito dos estados e dos municípios. Porque o impacto dessas mudanças tributárias, especialmente das renúncias dela recorrentes, se dá, justamente na arrecadação de tributos estaduais e de tributos municipais.

É verdade que nós vivemos uma situação dramática. O Brasil precisa investir, o Brasil precisa financiar as suas políticas públicas na infra-estrutura, na logística, na geração de energia. Estamos vendo a crise aérea e a necessidade urgente de investimentos significativos na modernização dos aeroportos, no fortalecimento do instrumento de gerenciamento do setor. Precisamos recuperar as estradas, precisamos melhorar a saúde pública, precisamos qualificar a educação, precisamos dar um choque de infra-estrutura para recuperar e aumentar a competitividade da economia brasileira. E tudo isso precisa de muito, mas não é pouco não, precisa de muito investimento. Portanto, há uma necessidade de recursos por parte dos governos, mas, ao mesmo tempo, nós, os governantes, somos obrigados a compreender uma realidade que está aí a olhos vistos: a sociedade brasileira não suporta mais a carga tributária que recai sobre os ombros dela.

Esse é o grande dilema da administração pública brasileira, dos líderes dos estados e do país, daqueles responsáveis pelo comando dos governos. Como dar respostas às demandas sem aumentar a carga tributária e mirando no horizonte estratégico a possibilidade de reduzir o peso dessa carga, como um instrumento importante para estimular a retomada do crescimento. Foi esse dilema que nós encontramos no estado de Sergipe. Quando nós chegamos no Governo do Estado, encontramos uma situação fiscal bastante complicada.

O estado de Sergipe não tinha, como não tem até hoje, a certidão de regularidade fiscal, porque uma relação incorreta do Executivo com os demais poderes, numa política equivocada de empurrar as coisas com a barriga, o estado de Sergipe ficou isolado do acesso a recursos públicos voluntários, aqueles que não decorrem das transferências obrigatórias e que não estão vinculados aos investimentos sociais.

Então, o Estado ficou afastado do acesso a recursos públicos e o que é pior, afastado da possibilidade de crédito, e os senhores sabem muito mais do que eu o que é precisar fazer, como nós fizemos agora, uma licitação para comprar 12 milhões e meio em máquinas para o DER, para tentar reequipar aquela autarquia e recuperar a sua operacionalidade, para que pelo menos os pequenos serviços possam ser feitos diretamente, reservando aqueles mais complexos para as licitações e o Estado não tem como acessar linhas de crédito que estão disponíveis do BNDES para a aquisição de equipamentos e maquinários porque não tem a certidão negativa. Tem que pagar, em cash, 12 milhões, quando poderia muito bem financiar em situações vantajosas através de várias linhas de crédito que hoje existem no país.

Os senhores não sabem o que são 20 milhões de dólares praticamente liberados no Banco Mundial, o que é o governador chegar em Washington, como eu cheguei, está lá o pacote pronto e aí, o diretor do banco dizer: “Governador, só falta o senhor anexar a certidão para que o tesouro autorize e a gente libere o recurso” e a certidão não havia. Tinha dinheiro para ser aplicado no desenvolvimento rural, dinheiro para ser aplicado nas associações comunitárias, na compra de máquinas e equipamentos, no financiamento do “Luz para Todos”. Então, essa dificuldade fiscal imensa está afastando Sergipe, hoje, de um horizonte de crédito equivalente a 500 milhões de reais - segundo cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional. É o crédito que Sergipe podia acessar sem maiores sacrifícios para financiar os projetos prioritários do nosso estado. Nós estamos obrigados a, praticamente, trabalhar com recursos próprios e em parcerias com o governo federal, somente em áreas como saúde, educação, assistência, onde há a possibilidade de acessar recursos públicos transferidos do orçamento da União.

Foi essa a situação que nós encontramos ao assumirmos o governo. O Estado de Sergipe tinha assumido o compromisso, na rolagem da dívida, de produzir um superávit, ao final de 2006, equivalente a 89 milhões de reais, foi o compromisso contratualizado entre o estado de Sergipe e o Governo Federal, através da Secretaria do Tesouro Nacional, o que é a velha rolagem da dívida pública. Pois bem, ao invés de produzir um superávit, o estado produziu um déficit de um milhão e 200 mil reais. Quando esse fato se verifica, quando o contrato de rolagem da dívida não é cumprido, quando o PAF, o Programa de Ajuste Fiscal, não é mais cumprido, a consequência imediata é aumentar os encargos da dívida, é aumentar os juros cobrados e é reduzir a capacidade de endividamento do estado.

Existe a capacidade de endividamento teórica, equivalente a uma vez e meio, até duas vezes o seu orçamento, mas há a capacidade de o estado honrar todos os seus compromissos e depende, também, do monitoramento do ajuste fiscal feito pela Secretaria do Tesouro Nacional. E o drama é que situações como essa é que, gostando ou não gostando, eu tenho enfrentado ao lado de outros governadores, mesmo sendo do partido aliado e amigo do Presidente. Os senhores têm visto, não poucas vezes, a minha voz na imprensa nacional questionando o aperto fiscal dos estados, pressionando o Governo Federal a encontrar instrumentos que devolvam o mínimo de capacidade de investimento às Unidades Federativas do Brasil.

Infelizmente, tentou-se fazer disso um bicho papão, que era a perseguição de Lula ao estado de Sergipe, mas hoje está se vendo que é a lei, a lei dos contratos que impõe regras que não podem ser ignoradas, porque se ignorarmos, hoje, pagaremos por isso amanhã. Não adianta vivermos de ilusão, temos que assumir essa situação e buscar superá-la. E nós estamos buscando com a colaboração do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça, da Assembléia Legislativa, todos têm oferecido a sua contribuição e eu acredito que talvez no próximo ano a gente possa ter acesso a essa certidão negativa. Além disso, nós encontramos os problemas de uma cultura gerencial ultrapassada, meus amigos. Uma cultura onde o gasto público tinha perdido qualidade. Dados da Secretaria de Administração, que é responsável pelas compras centralizadas no sistema Comprasnet, apontam, nesse semestre, uma economia de quase 12 milhões de reais em compras, com relação a compras similares feitas no ano passado.

Economia assombrosa como na compra de sementes, de quase 40%, nós estamos obtendo. Uma redução de custeio que nos permitiu pagar o Funaserp, a reservamos 15 milhões de reais para fazer a devolução do Funaserp, um recurso sacado indevidamente do funcionalismo público. Quanto a isso, eu acho muito interessante as coisas. Quando o Governo do Estado, ilegalmente, cobrou mais do que podia do servidor, não apareceu um procurador para processar o Governo do Estado. Quando o Governo do Estado quer devolver aquilo que foi tirado ilegalmente, apareceu um para processar e para contestar o ato do Governador do Estado. São esses surrealismos que às vezes a vida política de Sergipe nos reserva. Mas o fato é que estamos com 15 milhões estocados para fazer esse pagamento. E digo aos senhores, não mexemos numa rubrica do orçamento de 2007. Todo esse orçamento foi produzido na redução do custeio nos cinco primeiros meses da administração, que nos ofereceu a possibilidade de ter acesso a 16 milhões de reais. Separamos 15 e ainda ficamos produzindo algum superávit.

Para os senhores verem aonde chegou a cultura fiscal em Sergipe, alguns criticam o Estado por ter um superávit. O Estado precisa fazer um superávit, como meta estabelecida pelo Tesouro Nacional, da ordem de 220 milhões de reais em dezembro de 2007, isto é, depois de todas as contas pagas, sobrar 220 milhões de reais para garantir os encargos da dívida e garantir o pagamento da rolagem da dívida pública do estado. Então, os desafios são imensos e eu não tenho maiores agonias porque tenho a perfeita compreensão de qual é a minha relação com o povo sergipano. O povo me trouxe para governar, se após quatro anos eu não oferecer a resposta desse governo, o povo vai simplesmente me tirar e botar outro. É do jogo democrático. Mas, ai de quem, nesses tempos modernos e contemporâneos, fizer política só na base da demagogia e do populismo pensando na próxima eleição.

Nós estamos dedicados a fazer política pensando na próxima geração de sergipanos. Buscando consolidar políticas públicas estruturantes, tanto no investimento físico, quanto na construção de cultura administrativa. Não é a toa que um empresário do porte do senhor Jorge Gerdau Johann Peter, um dos mais importantes empresários do Brasil, hoje um player na área de siderurgia no mundo, com base no Brasil, mas hoje interferindo fortemente no setor dos Estados Unidos da América e outros países do mundo, venha a Sergipe e numa conversa de duas horas decide deixar 4 milhões e meio de reais para consultoria. E olhe que a gente tinha consultoria para tudo nesse estado, consultoria para ensinar o governo a tirar dinheiro do Banese e consultoria para ensinar o Banese a dar o dinheiro para o governo, uma na ponta e a outra na outra. E ainda falam que eu quero perseguir alguém quando faço as contas.

Pegamos uma consultoria de 4 milhões e meio de reais a custo zero para o estado. Bastou mostrarmos credibilidade para reduzir as despesas, para ter mais eficiência no gasto, para chegarmos às condições que nós precisamos para investir com segurança. São os desafios que nós tínhamos na mesa, além de todo um processo de retomada de investimentos. Ainda nesse mês vamos iniciar a ponte Mosqueiro-Cauera, 17 milhões serão licitados a partir para a recuperação de estradas, já está sendo feito o projeto dos 200 km da rodovia que vai ali da BR 235 até a divisa com Paulo Afonso, lá em Canindé do São Francisco e mais a outra perna que sai de Dores até Nossa Senhora da Glória, que é uma via importante para o agreste e para o sertão sergipano e que virou uma via turística em função do destino turístico de Canindé do São Francisco.

Estamos já autorizando, espero que daqui para setembro, os 5 km da ponte construtor João Alves até a praia da Atalaia Nova, vamos iniciar nesse mês os investimentos de melhoria da orla de Atalaia Nova, quatro milhões e meio de investimentos em parceria com o Governo Federal. Estamos trabalhando 14 milhões de reais para a recuperação do Hospital João Alves, na estrutura física e equipamentos. Estamos, na educação, com 40 escolas na lista de reformas. Regularizamos as transferências, pela primeira vez na história no transporte escolar, para os municípios. Agora, tudo isto no meu estilo. Eu sei que nem todo mundo é obrigado a gostar desse estilo, o estilo da responsabilidade. Não dá para entrar numa história de gastar a toa para dizer que está gastando ou de acertar meu relógio pelo relógio daqueles que perderam a hora, perderam tanto a hora que perderam a eleição. Eu acerto meu relógio com os compromissos que assumimos com a sociedade sergipana, na disputa e no debate.

E um desses compromissos, afirmado no Fórum Empresarial, no debate que lá fiz, é que nós íamos ter uma política concreta e objetiva para a pequena e para a micro empresa. Os dois grandes eixos estratégicos do nosso Governo, e dissemos isso naquele almoço também convocado pelo SIDUSCOM quando nós dissemos claramente eu um eixo seria incluir pelo social, melhorar as políticas públicas, universalizar a oferta de serviços e garantir qualidade para esses serviços. O outro eixo é incluir pela renda e não há como incluir pela renda se não for com parceria com o empresariado, se não for numa relação de olhos nos olhos, tranqüila, consistente, embora com eventuais divergências. Com divergências, está aqui o depoimento. Nós tivemos momentos de divergências, é claro, e vamos ter outros, mas com seriedade, sentados na mesa da transparência.

Dois meses de conversa, dois meses de debate. Doutor Nilson viajando o estado inteiro, reunindo-se com pequenos empresários, com contadores, para explicar a sistemática da

lei de desenvolvimento econômico, conversando com a indústria e com o comércio, com os setores interessados. Doutor Jorge estudando as fórmulas com o setor de compras do estado para adequar e incorporar às mudanças da lei, discutindo com tranquilidade, com calma.

Sentamo-nos, já na fase em que havia todo um processo de construção de propostas feitas pelos secretários, eu com doutor Jorge Santana e o doutor Nilson Lima, com os dois juntos ou separadamente, não fiz menos de dez reuniões, pessoalmente e perdi o número de e-mail que mandei para todos eles pedindo detalhes, pedindo informações, pedindo, como eu peço sempre, às vezes quando chegam aqueles textos e aqueles gráficos muito complicados, bote isso no papel em linguagem de gente, não em linguagem de economista, em linguagem de gente para eu poder ler e entender e, graças a Deus, chegamos a um acordo que, obviamente, não é o horizonte menor que nós pensávamos no início, aumentou o horizonte, não é o horizonte maior também que os empresários propunham no início, reduziu-se o horizonte deles, mas a negociação é isso.

Negociação em que dois saem ganhando tem alguma coisa errada, alguém está enganando alguém. É óbvio que numa negociação desse porte há perdas de ambos os lados, do seu propósito inicial para produzir um consenso viável e esse consenso foi trazido, com sacrifícios para o estado, mas nós dissemos aos dois secretários e dissemos depois na reunião, na audiência do fórum: o Governador está disposto a pagar essa renúncia fiscal em torno de 12 milhões de reais do ICMS e em torno de três milhões de reais do MVA. Estamos dispostos a bancar. Por que nós estamos dispostos a bancar? Porque nós acreditamos que é nesse setor, numa economia como a de Sergipe, que nós conseguiremos incrementar a atividade econômica e viabilizar um novo momento de multiplicação de empreendedores, de multiplicação de postos de trabalho, de aumento de produção e de produtividade e de ampliação da base tributária, suprimindo o que foi redução de taxa, o que foi renúncia fiscal, o que perdermos com a renúncia fiscal.

É a minha fé, é a minha convicção, mas essa convicção só se tornará realidade se os senhores assumirem comigo essa mesma convicção. O que nós perdermos de imediato na renúncia, nós ganhamos na escala da ampliação da base tributária e do estímulo à atividade econômica dentro do estado de Sergipe. Aí, nós teremos condições para mais daqui a algum tempo, podendo aferir, avaliar, monitorar o processo, sentarmos e enfrentarmos outros pontos de pauta, discutirmos outras soluções, com outros setores, de modo a que possamos encontrar soluções para Sergipe, não para o Governo, porque o Governo existe para os sergipanos, e os sergipanos não existem somente para servir ou para pagar ou para fazer sacrifícios para o Governo.

Portanto, eu sei que vamos ter problemas na relação federativa. Quando eu disse na reunião que tivemos: olhe, amanhã tem uma reunião do CONFAS, até agora cinco ou seis estados tomaram decisões com relação a isso, são eles São Paulo, que foi até 120 mil reais e parou, a Bahia, que fez umas propostas de redução da antecipação, fez algumas construções para chegar até 240 mil, São Paulo, 240 mil também, Paraná que já tinha o sistema que atingia 360 mil e Rio Grande do Norte e Paraíba que abriram mão do MVA, do valor agregado na antecipação.

E a posição dos demais governadores esperando o CONFAS, porque é aquela história, o cabra faz um sorriso bonito para os empresários e reza a Deus para quer o CONFAS

barre isso. Podia ser uma opção, mas não era a opção correta, não era a opção adequada, não é sincera, é melhor ter vindo aqui e dizer: “olhe, não dá para fazer e eu não faço”. do que apostar do circo cair lá em cima. A reunião é amanhã e mostraremos: “olhe, a gente pode continuar debatendo, o debate pode, daqui a duas semanas ou um mês, se o Governo não abrir mão disso, nem vocês abrirem mão daquilo. a gente ficar na mesma posição”. Ou hoje mesmo a gente pode construir um consenso com o que nós produzimos e mandar para a Assembléia Legislativa, de modo que o Secretário chega lá no CONFAS dizendo: “meu sistema está na Assembléia. Parar agora significa uma crise política e institucional no estado. Vocês têm que resolver meu caso”. Do que o CONFAS tomar uma decisão amanhã proibindo isenção de ICMS, como se estudou, para aplicação do Supersimples e a gente não poder. Uma coisa é fazer antes do CONFAS tomar a decisão e chegar lá já com o fato consumado. Outra coisa é o CONFAS tomar uma decisão e você se rebelar contra essa situação. É muito mais complicada e muito mais grave para o Governador e para o Secretário da Fazenda pelas conseqüências jurídicas que isso pode ter.

Então, chegamos a essa conclusão. E o que estamos hoje anunciando? O primeiro Projeto de Lei é a isenção do ICMS do Simples Nacional para empresas com faturamento anual até 360 mil reais. Essa medida beneficia 12 mil 453 estabelecimentos. Doze mil, quatrocentas e cinquenta e três empresas poderão migrar para o Supersimples sem risco de prejuízo, sem risco de mudança de sistemática que agrave mais o seu ônus tributário, beneficiando-se dessa renúncia fiscal do ICMS aplicado no Supersimples. Estamos calculando em torno de 12 mil reais a frustração da receita em função da medida, mas como eu disse, acredito que nós temos outras formas de conquistar essas receitas.

Também, e aí através de decreto, estamos eliminando a margem de valor agregado, correspondente hoje a 10% para todas as empresas que foram classificadas como pequena e micro, na forma da lei 123, a lei de complementação 123 e nos termos da opção que o estado de Sergipe fez de limitar em 1 milhão e 200 mil reais o conceito na forma de faturamento, o conceito de classificação de micro e pequenas empresas. Cem por cento das micro e pequenas empresas serão beneficiadas com o teor desse decreto. Tomamos uma decisão clara. Aqui a gente tinha uma palavra de ordem que nem o governo se entendia com o empresariado, nem vice-versa, que era em torno da tal da antecipação. Tudo era antecipação. Por quê? Porque se adotou a tese de prometer e não se fazer depois, isso virou uma bandeira mal resolvida. Nós avaliávamos que, agora, ao acabar com a antecipação, além dos possíveis reflexos de receita, nós teríamos alguns problemas na redução da eficiência e da fiscalização e quando se abre espaço para a sonegação, perdemos todos, porque reduz a competitividade de quem paga imposto com correção.

Então, quando o fisco é justo e atuante, quem se beneficia é quem está no mercado seguindo as regras e nós teríamos o risco de prejudicar as empresas sergipanas, especialmente no setor de atacados, porque aí é que migraria sem maiores ônus a compra fora ou dentro do mercado sergipano. Aí mantivemos, como o Governo tinha decidido, a antecipação. Mas além disso, estamos enviando também, o projeto de lei, com o sistema de favorecimento à pequena e micro empresa nas compras públicas dentro das regras estabelecidas na Lei federal. Não reduzimos, pelo contrário, criamos instrumentos que nos possibilitem criar condições para que o estado use o seu poder de

compra para estimular a atividade econômica e para fortalecer o desenvolvimento da pequena e da micro empresa em nosso estado.

Esses decretos e o projeto de lei, na verdade, são dois projetos de lei e um decreto que nós estaremos assinando nesse momento, abrindo um novo momento para as pequenas e para as microempresas em nosso estado. O que o Governo do Estado está fazendo é criando as condições para que as pequenas e microempresas de Sergipe possam migrar para o Supersimples sem maiores problemas e com benefícios e isenções fiscais. Com isso, nós queremos fortalecer esse setor, que é gerador de empregos e que é fundamental para fortalecer a economia sergipana, e também queremos garantir, com essa legislação nova, a possibilidade de viabilizar para a pequena e para a microempresa um novo regime de compras, onde o pequeno tenha vantagens e tenha tratamento diferenciado quando o Estado for fazer compras no valor de até 80 mil reais. Com isso, a nossa intenção é fortalecer o setor, é gerar empregos para os sergipanos e é, também, criar as condições básicas e fundamentais para que empresas que ainda não estão oficializadas, empresas que estão hoje na informalidade, possam aderir ao supersimples, formalizar criando, portanto, as condições de melhorar a arrecadação do estado, não pelo peso do imposto, mas pela ampliação da base tributária, pela ampliação do número de contribuintes.

Além disso, nós temos linhas de crédito dirigidas aos pequenos e microempresários. O Banese vai oferecer uma série de oportunidades para financiar o pequeno e o microempresário. Também, vamos construir uma série de políticas destinadas a esse setor da economia sergipana, especialmente na área de ciência e tecnologia, desenvolvendo pesquisas que possam melhorar a qualidade e melhorar a performance desse setor que é fundamental. Por incrível que possa parecer, é na micro e na pequena empresa que está a grande geração de emprego desse país. De cada cinco empregos gerados no país, nós temos aí algo em torno de 60% gerados pela pequena empresa e pela microempresa.

Primeiro, nós compreendemos que é preciso fazer um investimento na economia sergipana, no pequeno e no micro. Por isso que esta perda tributária foi assumida pelo Governo do Estado, mas a nossa expectativa é o que nós perdermos, reduzindo ou isentando a alíquota, nós ganharemos pelo número de novas empresas que vão ser estimuladas a se legalizarem, a saírem da informalidade e, com isso, participar do sistema tributário estadual. O que nós perdermos na redução ou na isenção da alíquota, eu quero crer que o estado vai ganhar pela ampliação do número de negócios e pelo crescimento da formalização de pequenas e microempresas em nossa economia.

É claro que quando você melhora a economia, você fortalece várias cadeias produtivas, inclusive cadeias produtivas exportadoras que, na maioria das vezes, também se valem dos serviços das pequenas e das microempresas. Na verdade, Sergipe tem experimentado um momento muito positivo. Nesse primeiro semestre do ano, as exportações do nosso estado aumentaram significativamente, tanto do ponto de vista do setor industrial, quanto, inclusive, do ponto de vista do agronegócio. Então, é um momento muito positivo da economia sergipana e nós entendemos que é a hora de fortalecer os pequenos e os micros porque o maior número de estabelecimentos está justamente nessa faixa. Com as medidas que nós estamos tomando hoje, 92% das empresas classificadas como micro e pequenas serão beneficiadas. Com isso, o que nós queremos também é que as associações empresariais se associem com o Governo numa

grande campanha pela formalização. Aquele empresário, aquele empreendedor que está atuando na clandestinidade, que está atuando na informalidade, que ainda não cuidou de organizar a sua firma agora tem um bom motivo. Venha para a legalidade, que você não vai pagar ICMS, vai ajudar o seu estado e vai ter condições crescer legalmente.

Nessa negociação, eu quero aqui registrar a participação do Fórum Empresarial, a correção como esse fórum se comportou, construindo uma negociação aberta, transparente e respeitosa. Aberta, transparente e muito respeitosa entre os dois setores, mesmo nos momentos de divergências, tanto em relação aos secretários, quanto em relação ao Governado. Quero aqui registrar os esforços do Sebrae, através especialmente do doutor Romualdo, contador que foi designado pelo Sebrae para auxiliar e para assessorar esse debate, que ofereceu a sua contribuição técnica no processo de discussão. Quero registrar que esse teto que nós estabelecemos aqui está acima do que até agora foi anunciado pelos demais estados, mas quero dizer que nós não queremos parar por aí.

Tomamos a decisão que, como para aderir ao Supersimples é preciso estar quite, foi estabelecido um regime de parcelamento em 120 meses. Nós já introduzimos esse sistema, mas estamos abrindo para que, mesmo quem já está repactuando as suas dívidas com o estado em situações piores do que essa, possam todos, desde que dentro da categoria de pequena e micro empresa, dentro desse universo que estamos discutindo, mesmo quem já iniciou o parcelamento em 60 meses, dando entrada, ou quem quer iniciar, todos serão admitidos. Quem já está parcelando pode migrar do atual sistema para o sistema novo em 120 meses, criando condições para que mais empresários possam, até o dia 15, aderir ao Supersimples e se beneficiar do estatuto da micro e da pequena empresa.

O Banco do Estado de Sergipe está autorizado, e já está aplicando, uma linha de crédito aberta com recursos captados do Banco do Nordeste, do BNDES, aberta para o pequeno e micro empresário em condições favorecidas nos termos dos programas do Governo Federal. O Banco está para repassar esses recursos, nossas agências vão ser treinadas e estimuladas a procurar os pequenos e micro empresários e dar conhecimento do crédito oferecido e das condições desse crédito. Vamos trabalhar para fortalecer e apoiar a Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial na Associação Comercial, já tem um convênio celebrado entre a Secretaria e a Associação. Vamos trabalhar na parte de tecnologia e inovação com recursos do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Sergipe e com recursos que queremos captar junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, vamos focar uma parte dos recursos de pesquisa, de ciência e tecnologia para o setor, buscando oferecer condições para a inovação e para a melhoria de procedimentos e melhoria de produtividade e ganhos para o setor, do ponto de vista da sua ação cotidiana na empresa.

E, dentro em breve, estaremos implantando a Central Fácil de Atendimento Empresarial lá na Junta Comercial, que é um novo sistema tipo CEAC, só que focado nas empresas para reduzir o tempo, desburocratizar e dar um atendimento mais adequado aos empresários que vão abrir, ou vão mudar o seu registro, ou vão registrar os seus atos empresariais, melhorando e dando agilidade no atendimento aos empresários. Quero dizer também que estamos estudando, não tenho o orçamento ainda, mas é de nosso interesse revitalizar a antiga Rua 24 Horas, criando um CEAC ali dentro, revitalizando o



antigo cinema, quer dizer, melhorando o centro de artesanato, criando outra vez um ponto de atenção e de atração do consumidor para o centro comercial. Não temos como fazer o projeto original de shopping e aí é um debate que não adianta tentar travar aqui, mas também não dá para aceitarmos que aquilo fique fechado, em prejuízo para o estado e em prejuízo para a economia e, especialmente, em prejuízo para os comerciantes do centro de Aracaju.

Com a criação de um CEAC que, por si só, é um ponto de atração das pessoas para tirar documentos e processar seus interesses, com isso a gente espera, outra vez, devolver a vida àquela área, não mais no conceito de rua 24 horas, mas no horário comercial com um CEAC e outras atividades do Governo, dando, portanto, uma nova vida e um novo momento para o centro comercial de Aracaju.

No mais, eu queria agradecer a todos vocês pela participação nesse ato. Quero, mais uma vez, dizer que fizemos um excelente processo de negociação e me sinto feliz porque acho que estou cumprindo alguns pontos importantes e estratégicos do meu programa de Governo e estou mostrando que não era apenas retórica, não era apenas discurso, não era apenas uma forma de atenuar essa ou aquela resistência que porventura tivesse existido no setor empresarial com relação a uma candidatura do PT ou ao Governador Marcelo Déda. Muito pelo contrário, era uma visão estratégica do desenvolvimento do estado de Sergipe.

Na posse da diretoria da Associação Comercial, ocorrida recentemente, eu fiz um discurso muito direto, muito claro, muito transparente, e disse que gostaria que os senhores fizessem uso dos canais e dos instrumentos de diálogo que existiam entre o Governo e o setor empresarial. Começamos esse diálogo, não precisamos parar. Precisamos continuar porque não é apenas na questão tributária que os empresários têm interesse. Nós temos interesse de ter um plano de desenvolvimento econômico para o estado que ajude a nossa economia, que fortaleça aqueles que nela empreendem.

Estou assinando essas leis, sei que tem repercussões de ordem fiscal até na redução presumida da arrecadação, mas quero dizer aos senhores, se há uma contrapartida que eu me sinto autorizado a fazer a todas as lideranças empresariais é que esse gesto do Governo do Estado, que não é um favor, porque governo não faz favor à sociedade, o governo cumpre o seu dever e cumpre sua obrigação. Aqui não é um presente aos empresários. O Governador não tem que dar presente a ninguém porque não é essa a função dele, aqui significa resultado de um diálogo de qualidade, de um governo que aposta na interlocução, no debate, no diálogo como um instrumento indispensável para que uma discussão democrática ande e dê resultados.

Portanto, é um ato cívico. É um ato de respeito mútuo e é um ato que engrandece a atividade empresarial e a atividade de Governo do Estado de Sergipe e valoriza suas lideranças e as entidades empresariais. O Governador em nenhum momento discutiu política ou fez qualquer tipo de questão eleitoral para convidar a debater com quem se mostrasse disposto ao diálogo. Não é favor, é obrigação de qualquer governante em qualquer país democrático. Nós estamos fazendo é a nossa obrigação, mas em contrapartida, o Governo do Estado se sente autorizado a dirigindo-se aos senhores todos, líderes empresariais, empresários, entidades, paracobrar uma contrapartida social importante.

A primeira é que as entidades se associem ao Governo no mutirão pela legalização de todos os empreendimentos da nossa economia. Agora temos um discurso, que é: venha que o ônus é menor. Venha legalizar a sua empresa porque vocês com isso têm condições de participar das licitações em regime diferenciado. Venha para o mercado formal e se beneficie desse mercado formal. Não veja a formalização apenas como o fisco atrás de você para cobrar imposto, mas veja uma nova face onde o fisco não abre mão do imposto, nem abre mão da fiscalização, nem abre mão do seu papel legal e papel político inclusive na sociedade, mas, em contrapartida, ganha ambientes mais favoráveis à atividade econômica, ao empreendedorismo, à criação de empregos e à geração de renda.

Eu queria pedir a todos os senhores e especialmente às associações que nós entabulássemos uma campanha uníssona, de todos, Governo e entidades empresariais em favor da formalização dos empreendimentos econômicos do estado de Sergipe. Quero também dizer que o impacto que isso produzir deve estimular o empresário e o empresário sabe como ninguém competir, sente o cheiro da oportunidade, são seres humanos preparados para competição. Não tenham dúvida que essa queda do ônus tributário amanhã significará, também, a queda do preço do contribuinte em melhores condições.

É isso aí, financiar a ousadia dos empresários na busca pelo cliente, na ampliação da sua clientela, como também na ponta, reduzindo o preço e melhorando as condições de compra, especialmente dos produtos de consumo popular que são produzidos ou comercializados pelo setor e, também com isso, a nossa expectativa e a nossa esperança, do que seria a grande contrapartida disso: o crescimento das empresas. Eu espero que dentro do tempo de maturação natural dos investimentos, muitos dos senhores se transformem em grande empresários e voltem a pagar integralmente o ICMS ao estado, cresçam, lucrem, cumpram suas contrapartidas sociais e venham para outras categorias colaborar com o desenvolvimento do estado e contribuir, sobretudo, gerando mais empregos.

Se esse esforço do estado significar uma contrataçãozinha naquela loja, três contratos naquela pequena empresa, dois novos postos de trabalho criados naquela outra, já funcionou a principal intenção do Governo. Porque sob a nossa ótica, a finalidade estratégica básica das ações do Governo na economia, do governo enquanto governo é, sobretudo, criar as condições para o desenvolvimento e permitir que o desenvolvimento não seja traduzido apenas em números que registrem a lucratividade dos empreendimentos, mas que, além de registrar o crescimento dos empreendimentos, registre o impacto social da geração de renda, da abertura de postos de trabalho e da construção das bases para que Sergipe seja maior e mais justo. Muito obrigado.